



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 2ª Vara da Comarca de
Maranguape/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 60/2017/CGJCE

Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. Roberto Soares Bulcão Coutinho



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA 2ª VARA DA COMARCA DE
MAANGUAPE/CE**

RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Francisco Darival Beserra
Primo.

Em cumprimento à Portaria nº 60/2017 (DJe, de 22/08/2017), desta Corregedoria Geral da Justiça, que instituiu o cronograma de Inspeções Judiciais no mês de setembro/2017, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** realizada na 2ª Vara da Comarca de Maranguape/CE no dia 21 de setembro de 2017, pelo Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Roberto Soares Bulcão Coutinho.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de Comarca de Entrância Inicial, integrante da 5ª Zona Judiciária. O Fórum fica localizado na Rua Capitão Jeová Colares, s/n, Bairro Outra Banda, CEP: 61942-460. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2010, a comarca possui 126.486 habitantes. A cidade encontra-se cerca de 26 km da Capital do Estado.

METODOLOGIA

A avaliação do Módulo foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo cartas precatórias; mandados de segurança; processos inclusos nas Metas de 2017 do CNJ; demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte ou interessado, crianças ou adolescentes; feitos conclusos há mais de cem dias; conclusos para julgamento, os pendentes de expedientes e os livros da Secretaria.

JUÍZA EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pelo Dra. **DEBORAH CAVALCANTE DE OLIVEIRA SALOMÃO**. Consoante registro em ficha funcional, a douta judicante tomou posse na Magistratura estadual em 22.11.2007, no cargo de Juíza Substituta da Vara Única da Comarca de Barroquinha. Foi removida para a Vara Única da Comarca de Itaitinga em 23.05.2008, para a Vara Única da Comarca de Redenção em 30.11.2012 e para a Vara Única de Horizonte em 09.03.2015. Ascendeu por antiguidade para a 2ª Vara da Comarca de Maranguape em 01.06.2017, permanecendo nessa situação até a presente data.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. **DEBORAH CAVALCANTE DE OLIVEIRA SALOMÃO**, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE 06/2015 A 06/2017 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2848	1503	1592	527	11090

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, a Juíza apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE 06/2015 A 06/2017 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
118,66	62,62	66,33	21,95	462,08

À frente da Unidade inspecionada, no mês de setembro, a Magistrada obteve a estatística processual abaixo:

ITEM	TOTAL INFORMADO
Dias trabalhados pelo magistrado na unidade	30
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º grau Criminais	5
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º grau Não-Criminais	12
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º grau Criminais	46
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º grau Não-Criminais	4
Sentenças em Conhecimento Homologatórias de Acordos no 1º grau	6
Sentenças em Execução Homologatórias de Acordos no 1º grau	0
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	1
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	0
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	0
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	0
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	0
Sentenças de Pronúncia no mês de referência no 1º grau	0
Sentenças de Extinção da Punibilidade pela prescrição no mês de referência no 1º grau	69
Decisões interlocutórias proferidas no mês de referência, no 1º grau	46
Despachos exarados pelo magistrado no mês de referência, no 1º grau	218
Audiências efetivamente realizadas pelo magistrado	27
Audiências de conciliação processual efetivamente realizadas, no 1º grau	0
Total de sessões de julgamento do Tribunal do Júri presididas pelo magistrado no mês de referência	0
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no Juizado Especial Criminal	0
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no Juizado Especial Não-Criminal	21

Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no Juizado Especial Criminal	0
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no Juizado Especial Não-Criminal	12
Sentenças em Conhecimento Homologatórias de Acordos no Juizado Especial	1
Sentenças em Execução Homologatórias de Acordos no Juizado Especial	0
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no Juizado Especial	1
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no Juizado Especial	0
Sentenças em Execução no Juizado Especial Não-Criminal	0
Decisões interlocutórias proferidas no mês de referência no Juizado Especial	4
Despachos exarados pelo magistrado no mês de referência, no Juizado Especial	25
Audiências efetivamente realizadas pelo magistrado no mês de referência no Juizado Especial	8
Audiências de conciliação processual efetivamente realizadas no Juizado Especial	0

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados informados pela Unidade, a Dra. **ROSELITA NOGUEIRA VIEIRA DE ALBUQUERQUE TROCCOLI** atua como representante do Ministério Público da Unidade.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Unidade tem como representante titular da Defensoria Pública da 2ª Vara da Comarca de Maranguape o Dr. **RODRIGO AUGUSTO COSTA DE OLIVEIRA SANTOS**.

SECRETARIA DA VARA

A Vara está constituída por 01 Supervisora de Unidade Judiciária, 03 servidores ocupantes de cargos efetivos do TJCE, 11 servidores requisitados de outros Órgãos Públicos e 01 estagiária, conforme discriminado abaixo;

Nome	Cargo
Francisca Manuela Pessoa Santana	Supervisora
Luciene Cavalcante Aguiar	Auxiliar Judiciária
Raimundo Nonato Nunes	Técnico Judiciário
Jamiesson dos Santos Nascimento	Analista Judiciário
Ayana Marjury Paulo Fernandes	Servidora Requisitada
Francisco Edínilzo Lopes Farias	Servidor Requisitado

José Anderson Gadelha Andrade Lucena	Servidor Requisitado
José Rogaciano Marçal de Oliveira Lemos	Servidor Requisitado
Késsia Mayra de Oliveira Lemos	Servidora Requisitada
Maria Rosimeire Lima Dias	Servidora Requisitada
Mércia Silva Damasceno	Servidora Requisitada
Rosangela Silva Damasceno	Servidora Requisitada
Suzana Campelo Rebouças	Servidora Requisitada
Zuleide Angelo Alves	Servidora Requisitada
Alinia Tiburcio Lúcio	Servidora Requisitada
Regina Cláudia da Silva	Estagiária

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Os dados estatísticos constantes no SGEC – Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria, informados mensalmente pela Unidade, apontaram a existência de acervo físico, em 06/2017, na ordem de 1876 processos de foro cível, 113 Cartas Precatórias Cíveis, 1032 processos criminais, 142 Cartas Precatórias Criminais, 182 Autos de Prisão, 665 processos do foro do Juizado Especial Cível, 02 Cartas Precatórias do foro do Juizado Especial Cível,

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da Vara Única da Comarca de Acarape, constatou-se que:

1. Conforme dados informados pela Unidade, registre-se 1897 processos conclusos, dos quais 1241 encontram-se conclusos para provimento judicial diverso de sentença por mais de 100 dias. Recomenda-se, então, a movimentação destes processos, tendo em vista o tempo que estão paralisados.

2. REU PRESO

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	469-98.2015.8.06.0027	Visto em inspeção
2	143-07.2016.8.06.0027	Visto em inspeção
3	187-60.2015.8.06.0027	Visto em inspeção
4	450-58.2016.8.06.0027	Visto em inspeção
5	444-51.2016.8.06.0027	Visto em inspeção

6	131-56.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar impulso imediato.
7	322-38.2016.8.06.0027	Visto em inspeção
8	470-83.2015.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar impulso.
9	113-35.2017.8.06.0027	Visto em inspeção
10	541-85.2015.8.06.0027	Visto em inspeção
11	446-21.2016.8.06.0027	Visto em inspeção
12	402-65.2017.8.06.0027	Visto em inspeção
13	400-95.2017.8.06.0027	Visto em inspeção
14	62-24.2017.8.06.0027	Visto em inspeção

3. EXECUÇÃO DA PENA

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	466-46.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	436-74.2016.8.06.0027	Visto em inspeção.
3	1307-66.2000.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar impulso.
4	630-79.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
5	654-10.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.

4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – META 6

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	226-55.2000.8.06.0027	Visto em inspeção
2	3423-45.2000.8.06.0027	Visto em inspeção
3	127-87.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	437-93.2015.8.06.0027	Visto em inspeção
5	177-50.2014.8.06.0027	Visto em inspeção
6	438-83.2012.8.06.0027	Visto em inspeção
7	2631-91.2000.8.06.0027	Visto em inspeção
8	2169-37.2000.8.06.0027	Visto em inspeção
9	110-51.2015.8.06.0027	Visto em inspeção
10	11-36.2015.8.06.0027	Visto em inspeção

5. MANDADO DE SEGURANÇA

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	535-83.2012.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	542-41.2013.8.06.0027	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
3	115-39.2016.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	506-28.2015.8.06.0027	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
5	176-31.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
6	281-37.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
7	280-52.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.

6. IDOSO

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	6151-59.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	2573-88.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
3	574-12.2014.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	316-65.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
5	3477-11.2000.8.06.0027	Visto em inspeção. À Secretaria para expedientes.
6	2408-41.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
7	5706-41.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
8	313-13.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.

9	224-19.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
10	209-21.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
11	759-50.2014.8.06.0027	Visto em inspeção.

7. META 2

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	2904-70.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	1972-82.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
3	5953-22.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	790-61.2000.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar impulso.
5	4343-19.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
6	5063-83.2000.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar impulso com designação de audiência.
7	546-35.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
8	4372-69.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
9	4919-12.2000.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar impulso com designação de audiência.
10	602-68.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
11	4871-53.2000.8.06.0027	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 14/10/2014. Faça-se conclusão para impulso oficial (designar audiência).

8. CARTA PRECATÓRIA

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	232-93.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
2	89-07.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
3	668-86.2016.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	462-38.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
5	464-08.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
6	384-44.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
7	216-42.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
8	170-53.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
9	330-78.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
10	333-33.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
11	314-27.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
12	38-93.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
13	14-70.2014.8.06.0027	Visto em inspeção.
14	256-24.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
15	337-70.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
16	407-87.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
17	194-81.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.
18	136-78.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
19	212-05.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
20	241-55.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Solicitar devolução de CP/Mandado.
21	109-95.2017.8.06.0027	Visto em inspeção.

9. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – META 4

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	498-22.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	599-88.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
3	395-44.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	261-85.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
5	5655-30.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
6	425-79.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
7	396-29.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
8	403-21.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
9	397-14.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.
10	430-04.2015.8.06.0027	Visto em inspeção.

10. INFÂNCIA E JUVENTUDE

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	272-80.2014.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	528-86.2015.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar o impulso.
3	392-60.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	315-12.2017.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar o impulso.
5	182-09.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
6	645-48.2013.8.06.0027	Visto em inspeção. Providenciar o impulso.
7	79-02.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
8	199-40.2016.8.06.0027	Visto em inspeção.
9	410-18.2012.8.06.0027	Visto em inspeção.
10	489-60.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.
11	603-96.2013.8.06.0027	Visto em inspeção.

12. ENASP

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	2429-52.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
2	5608-56.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
3	5844-08.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
4	2056-83.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
5	5647-53.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
6	5617-18.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
7	1498-14.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
8	1187-23.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
9	3304-84.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.
10	6065-88.2000.8.06.0027	Visto em inspeção.

13. AUDIÊNCIAS – Nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à visita inspeccional, foram realizadas 917 audiências pela Magistrada na Unidade.

14. LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, conforme formulário em anexo.

Observou-se o não atendimento a formalidades previstas nos arts. 391 e ss. do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, recomendando-se, na ocasião, que tais determinações fossem devidamente atendidas.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ

Metas Nacionais do Judiciário:

1. No que se refere à **Meta 2 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais), verificou-se um total de 927 processos pendentes em agosto/2017 (relatório em anexo). Recomenda-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

3. A Unidade informou que a Magistrada está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD. (META 8 de 2009);

4. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

5. A Juíza em atividade participou da capacitação em administração judiciária (META 8 de 2010);

6. O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de 2011);

7. A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

8. A Vara não atingiu, nos últimos dois anos, a Meta 1 do CNJ, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, conforme detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DA 2ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
ANO	DISTRIBUÍDOS	ARQUIVADOS	ARQUIVADOS %	TITULAR	RESPONDENDO	AUXILIANDO	TOTAL	JULGADOS %
2015	945	678	71,75	689	77	0	766	81,06
2016	887	492	55,47	0	414	0	414	46,67
2017	414	466	112,56	159	116	0	175	66,43
TOTAL	2246	1636	72,84	848	607	0	1455	64,78

RECLAMAÇÕES

No curso da Inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho da Magistrada no módulo.

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, recomenda-se, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2017, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º grau);

2. As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE), as que figuram como partes crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, deverão ser identificadas e continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, nos termos do Provimento nº 04/2016/CGJCE (DJe 23/08/16), que dispõe sobre a prioridade na tramitação de processos;

3. A observação do art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, para a devida manutenção dos livros obrigatórios da Secretaria;

CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Os esforços da Magistrada à frente da Secretaria, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 20 de novembro de 2017.

ROBERTO SOARES BULCÃO COUTINHO
Juiz Corregedor Auxiliar